

Votação das Disposições Transitórias ainda depende de acordo entre líderes

Da Sucursal de Brasília

Até o início da noite de ontem, as lideranças partidárias no Congresso constituinte não tinham conseguido fechar um acordo para a votação do Ato das



Disposições Transitórias da nova Carta. Iniciadas pela manhã, na liderança do PMDB, as discussões prosseguiram no final da tarde, depois que o deputado Ulysses Guimarães encerrou a sessão às 16h por falta de quórum. Somente 240 constituintes estavam presentes na hora da verificação, que deveria apontar um mínimo de 280 presenças para o prosseguimento dos trabalhos.

As discussões no gabinete do líder peemedebista, senador Mário Covas, foram retomadas à tarde no artigo 18, referente ao exame, pelo Congresso Nacional, do endividamento externo brasileiro. Segundo o vice-líder do PT, José Genoíno, que participou das negociações na parte da manhã, os artigos onde houver consenso constituirão um "emenda", que será levado à votação. Depois serão votados os destaques e emendas sobre os pontos polêmicos.

Genoíno relacionou os pontos da negociação divergentes até agora. A primeira e grande discussão é sobre a anistia aos militares cassados, seguida da regulamentação das eleições municipais, pontos que podem ser votados ainda hoje, segundo o vice-líder do PFL, Inocêncio de Oliveira (PE). Segundo o deputado, o Centrão quer instituir o mandato-



Constituintes se reúnem no gabinete de Mário Covas (de costas à esq.) para a negociação das Disposições Transitórias

tampão, proposto pelo deputado Arnaldo Rosa Prata (PMDB-MG), rejeitado pelas esquerdas.

O mecanismo de sucessão nos cartórios é outro assunto onde não há consenso. Segundo Genoíno, as esquerdas não concordam com a sucessão hereditária dos cartórios defendida pelo deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ), que representaria o lobby do setor.

Os pontos de discórdia não param

aí. A efetivação de funcionários na nova organização da advocacia geral da União, segundo Genoíno, deve empacar, já que a esquerda não concorda com o que considera uma brecha para mais um "trem da alegria". A eleição no Distrito Federal, que envolveria um mandato-tampão, também divide as lideranças na mesa de negociações.

Também deve ir à votação sem

acordo a emenda que determina o fim dos decretos secretos e do decreto-lei. Genoíno disse ainda que a extinção dos diversos fundos especiais que existem no governo, que não forem apreciados pelo Congresso Nacional no prazo de dois anos —o que a esquerda pretende ver incluída nas Disposições Transitórias—, também não deve fazer parte do acordo, sendo votada em plenário separadamente.

Tribunal anistia ex-cabo da Aeronáutica

Da Sucursal de Brasília

O Tribunal Federal de Recursos (TFR) divulgou ontem sua decisão de reconhecer o direito à anistia, nos termos da emenda constitucional nº 26 (mensagem do ex-presidente João Baptista Figueiredo), ao ex-cabo da Aeronáutica Ubyrajara da Câmara Pessoa, expulso em 1967 por ter dirigido a Associação dos Cabos da Força Aérea Brasileira. Pessoa pediu reincorporação à Força e teve seu pedido recusado. Diante da decisão do TFR, tomada na quinta-feira, o ministro da Aeronáutica, Otávio Moreira Lima, disse ontem que vai ouvir sua consultoria jurídica antes de acatá-la.

O relator do processo do ex-cabo Pessoa foi o ministro Carlos Mário Velloso, que obteve o voto unânime do Tribunal pleno. Velloso disse que sua decisão "não deve afetar a discussão sobre a ampliação da anistia na Assembléia Constituinte porque os parlamentares vão continuar tomando suas decisões soberanamente". Para o ministro Carlos Mário Velloso, o TFR "tomou apenas uma decisão técnica ao interpretar a aplicação da emenda nº 26".

A Aeronáutica havia negado o pedido de reintegração do ex-cabo Pessoa sob a alegação de que ele foi punido por medida disciplinar e não política. As punições disciplinares não são reparadas pela anistia do ex-presidente Figueiredo. O ministro Velloso, no entanto, entendeu que

"se os mecanismos e dispositivos utilizados para justificar a expulsão foram disciplinares, a motivação foi claramente política".

A base para esta interpretação do ministro Velloso, e do TFR, é o inquérito policial militar (IPM) instaurado pelo comando da Base Aérea de Santa Cruz, no Rio, contra o ex-cabo. O IPM contém a indicação de que Pessoa, além de expulso, foi punido com 30 dias de prisão por suas "atividades subversivas", na direção da Associação dos Cabos da Força Aérea Brasileira. O TFR decidiu, por isso, que o ex-cabo deve ser enquadrado nos "atos complementares" citados pela emenda.

"Motivação política"

"A expulsão foi também um ato disciplinar, mas o ato menor está contido no maior, que foi a motivação política", justificou Velloso. O ministro recorda-se de "pelo menos três decisões semelhantes do tribunal em casos de militares cassados". Segundo ele, o Ministério da Aeronáutica pode apresentar um recurso extraordinário ao presidente do TFR. Se o presidente achar que cabe o recurso, o caso será apreciado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Mantida a decisão do TFR, Pessoa deve ser reintegrado —na ativa ou na reserva— promovido e com direito a receber os soldos desde a data de sua expulsão.

Militar foi afastado da força em 67

Da Sucursal do Rio

O cabo Ubyrajara Câmara Pessoa, anistiado ontem pelo Tribunal Federal de Recursos (TFR), foi submetido a Inquérito Policial Militar (IPM) em 1964 juntamente com outros 75 integrantes da Associação dos Cabos da Força Aérea Brasileira (Acafab) acusado de "atividades subversivas". Na ocasião, ele cumpriu 30 dias de prisão domiciliar e, ao término do reengajamento, a 28 de fevereiro de 1967, foi punido com afastamento compulsório da Aeronáutica. Ubyrajara Pessoa foi fundador e diretor da Acafab.

O advogado Lourenço Senna, 46, presidente da União dos Militares Não-Anistiados (Umna), com sede na rua Alvaro Alvim, no centro do Rio, informou que este é o terceiro caso de militares da Aeronáutica cassados e beneficiados por sentença do TFR. Os outros dois foram os cabos Mário de Souza e Paulo de Oliveira Pereira, ambos do Rio. Ubyrajara Pessoa mora em Santa Cruz, na zona Oeste do Rio.

Segundo Lourenço Senna, marinheiro cassado em 64 e hoje advogado da maioria de 600 marinheiros e fuzileiros navais e 60 cabos da

Aeronáutica não anistiados, disse que a sentença favorável ao cabo Ubyrajara "será cumprida pela Aeronáutica". Senna citou os casos de outros seis marinheiros, fuzileiros e cabos da Marinha, do Rio, beneficiados pelo TFR e que estão com seus casos pendentes no Supremo Tribunal Federal (STF) em razão de recurso impetrado pelo Ministério Público e de 26 marinheiros da Bahia em idêntica situação. Mencionou também o caso de um cabo do Exército, do Rio Grande do Sul.

Segundo Lourenço Senna, Ubyrajara Pessoa deverá agora, na reserva, receber "um soldo entre Cz\$ 17 mil e Cz\$ 18 mil", como já acontece com Mário de Souza. Paulo de Oliveira Pereira está com processo administrativo na Aeronáutica em fase final e espera ser promovido a suboficial da reserva "com soldo de mais ou menos Cz\$ 40 mil e um acréscimo de 40% a 50% sobre este total, correspondente a quinquênios atrasados e outros benefícios". Senna é presidente da Umna há 4 anos. Ele afirma que a entidade só mantém contato com 600 dos 1.509 marinheiros punidos em 1964 e que, "ao contrário do que dizem os ministros militares, nenhum deles reivindica a volta à ativa".

Entidades já preparam lobby para Constituinte paulista

Da Reportagem Local

As entidades que integram o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte no Estado de São Paulo já estão começando a se reunir para a articulação de um lobby para atuar na Assembléia Legislativa paulista durante a redação da nova Constituição estadual, a ser iniciada 15 dias depois da promulgação da nova Constituição federal e com um prazo de um ano para a conclusão de seus trabalhos. A primeira reunião do Plenário paulista foi realizada em 11 de abril, na Assembléia Legislativa, com a participação de 30 entidades, dos deputados estaduais petistas José Dirceu e Clara Ant, além dos

deputados peemedebistas Vanderlei Macris e Tonca Falsetti, sob a coordenação do jurista Dalmo Dallari, diretor da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

A primeira decisão foi a de concentrar os seus esforços na fase inicial de redação do regimento interno, por considerá-la decisiva para as etapas seguintes. Já estão sendo debatidos três anteprojetos de regimento interno, um do PT, um do PMDB e outro interpartidário. Em suas próximas reuniões, o Plenário deverá debater a apresentação de emendas populares à Constituição estadual, repetindo a fórmula adotada, a nível nacional, junto ao Congresso constituinte.

Reitor apóia instituto, diz Guilhon

Da Redação

O professor José Augusto Guilhon Albuquerque, chefe do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, disse à Folha, que o reitor José Goldemberg foi receptivo à idéia de criação de um Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais, através do desmembramento deste departamento da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

A proposta foi feita por um grupo de 30 professores —composto, entre outros, por Bolívar Lamounier, Celso Lafer e Paul Singer— que, segundo Guilhon, "se sentiu motivado e desafiado" após a promoção pelo reitor do Seminário da Transição, em outubro passado.

Guilhon disse que Goldemberg ressaltou que o novo instituto deveria ser de "primeira classe" (com aulas de graduação e assento no Conselho Universitário), o que "é exatamente o nosso desejo".